

# O relacionamento entre os refugiados e a comunidade local em Maratane/Moçambique: da tolerância a focos de tensão (2001-2015)

*Maria Josefina de Sá Consolo\**

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo analisa o desenvolvimento do relacionamento entre os refugiados e a comunidade local em Maratane<sup>1</sup>, no período compreendido entre 2003 e 2015. De forma específica procuramos identificar os principais factores que condicionam o surgimento de focos de tensão entre os refugiados e a comunidade local bem como suas implicações. A pesquisa foi desenvolvida com recurso a revisão bibliográfica e no trabalho de campo realizados em 2003 e 2015. O trabalho de campo permitiu-nos efetuarmos a observação directa e recolher as entrevistas semi-estruturadas.

A revisão da literatura cruzada as entrevistas permitiram nos perceber que antes da presença dos requerentes de asilo e refugiados Maratane enfrentava problemas de várias ordens, desde infra-estrutural a económicos. No entanto, a chegada dos requerentes de asilo e refugiados, reverteu este quadro. Com base na literatura e nas entrevistas percebemos igualmente que o desenvolvimento de várias actividades por parte dos requerentes de asilo e refugiados, permitiu-os angariar recursos e investir em diferentes áreas, transformando-os de simples receptores e dependentes, observada nos primeiros anos, a detentores nos anos seguintes. Esta mudança criou descontentamento por parte da comunidade local, culminando em diferentes discursos intimidatórios em relação aos requerentes de asilo e refugiados em Maratane.

### *1.1 Metodologia*

De forma geral o artigo analisa o desenvolvimento do relacionamento entre os refugiados e comunidade local em Maratane-Moçambique. Especificamente, procuramos captar as principais percepções dos

---

\*\*Universidade Eduardo Mondlane; Arquivo Histórico de Moçambique. Contato: mariaconsolo@gmail.com

refugiados, como da comunidade local, sobre os factores que concorrem para a transformação da tolerância observada nos primeiros anos em focos de tensão.

Para a discussão deste tópico, nos alicerçamos na revisão bibliográfica, incidindo sobre a obra *“A Construção social do Outro: perspectivas cruzadas sobre estrangeiros e Moçambicanos”* coordenado por Carlos Serra (2010), Jacobsen (2001,2002) *“The forgotten solution: Local integration for refugees in developing countries”* e *“Can refugees benefit the states?”*, Sebba (2006) *Land conflicts and their impact on Refugee Womens Livelihood in Southwestern Uganda* e Fielden (2008) *“Local integration: an under-reported solution to protracted refugee situations”*. Apesar de não serem estudos específicos, a consulta desta literatura figurou-se importante, pois discutem alguns factores que promovem a aproximação e o afastamento entre os refugiados e a comunidade local em diferentes contextos.

Para colmatar as lacunas encontradas na revisão, o recurso a entrevistas semi-estruturadas, efectuadas a requerentes de asilo, refugiados e a comunidade local figuraram-se cruciais para a concepção deste artigo.

## *1.2. Breve discussão sobre o estado da arte*

Estudos que discutem de forma sistemática o desenvolvimento do relacionamento entre os refugiados e a comunidade local são escassos, sejam sob o ponto de vista geral como especificamente em relação a Moçambique. No que concerne a Moçambique, entre os poucos estudos efectuados e publicados importa destacar *“A Construção social do Outro: perspectivas cruzadas sobre estrangeiros e Moçambicanos”* coordenado por Carlos Serra (2010). No contexto mais geral, discussões relevantes foram feitas por Jacobsen (2001,2002) *“The forgotten solution: Local integration for refugees in developing countries”* e *“Can refugees benefit the states?”*, Sebba (2006) *Land conflicts and their impact on Refugee Womens Livelihood in Southwestern Uganda* e Fielden (2008) *“Local integration: an under-reported solution to protracted refugee situations”*.

De uma forma geral, a literatura é unânime num ponto, pois constata que a aproximação e o afastamento que pode ser observado entre os refugiados e a comunidade local está condicionado a um leque de factores. Observa Jacobsen (2001) que a afinidade em termos linguísticos e étnicos constitui um dos catalizadores de aproximação pelo facto de criar expectativas sociais e facilitar a comunicação e resolução de conflitos entre refugiados e as comunidades locais (JACOBSEN, 2001:20). Esta constatação é reforçada por Azevedo (2002) num estudo de caso específico com refugiados moçambicanos no Malawi e Zimbabwe ao observar que os problemas entre a população local

e refugiados moçambicanos terem sido mínimos, pelas afinidades étnicas e linguísticas entre os dois povos, que teriam possibilitado o nascimento de relações de amizade nos dois países (AZEVEDO, 2002:89).

No que tange a questão da tolerância da comunidade local em relação a presença de refugiados, Jacobsen (2001) avança que geralmente a população transfronteiriça com uma longa história de migração seja mais tolerante em razão da sua própria história de migração e movimentos transfronteiriços anteriores (JACOBSEN, 2001:20). Ainda no que se refere ao mesmo aspecto, o estudo efectuado por Serra (2010) nas províncias de Sofala, Nampula e Maputo conclui que a comunidade local tolera a presença de estrangeiros e refugiados. No entanto, argumenta o autor que esta população sente-se insegura com a presença de refugiados, pois são vistos como malfeitores, feiticeiros, traficantes etc. (SERRA, 2010:73). Tal como Serra (2010), Jacobsen (2001; 2002) e Fielden (2008) referem que o afastamento entre os refugiados e a comunidade local seja motivado por percepções de insegurança. Entretanto, os dois últimos autores desvalorizam razões apontadas por Serra (2010) e dão ênfase ao facto dos campos de refugiados sofrerem ataques e serem concebidos como locais de crime organizado. Na concepção de Fielden estas ameaças de segurança podem causar ressentimento e confrontos entre a comunidade e os refugiados (FIELDEN, 2008:3<sup>2</sup>).

Finalmente, Sebba (2006) e Jacobsen (2002) destacam como factores, na origem da tensão que pode ser verificada entre os refugiados e a comunidade local, o não benefício por parte da comunidade local a diversas infra-estruturas e bens direccionados aos refugiados bem como a competição por recursos escassos.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO ANTES DA PRESENÇA DOS REQUERENTES DE ASILO E REFUGIADOS

O Centro de acomodação de refugiados de Maratane está localizado a 25Km da cidade de Nampula, no Posto Administrativo de Anchilo, localidade de Naburi-Momola.

Por volta dos anos 1950, o actual Centro de acomodação de refugiados albergava velhos, deficientes físicos, pobres da província de Nampula. Depois da independência, o Centro fica sob o controlo da Direcção Provincial da Saúde de Nampula e muda a sua designação de Obra de Protecção aos Inválidos para Centro de Apoio a Velhice até 1990. De 1990 em diante o Centro passou à tutela da Direcção Provincial da Acção Social, instituição encarregada por distribuir produtos alimentares aos idosos que ainda continuavam ali acomodados<sup>3</sup> (CONSOLO, 2004:21).

Portanto antes da chegada de requerentes de asilo e refugiados, o local possuía alguma infra-estrutura como escola, mercado, posto de saúde em estado avançado de degradação e em abandono, como retraram os entrevistados Chicova, Celestina e José António nos trechos a seguir: “... *as crianças estudavam de baixo das árvores por falta de salas... por vezes acabava uma semana sem termos um enfermeiro para nos atender.*” (Albano Chicova, Maratane, 18 de Fevereiro de 2015). Reforçando o posicionamento de Chicova, Celestina disse “... *não havia loja, barracas.. sal, sabão, tudo comprávamos na cidade..*” (Celestina da Glória. Maratane, 20 de Fevereiro de 2015). Como os outros, José António realçou dizendo: “...*antes da presença de refugiados sofriamos bastante, tínhamos de sair de Maratane para a cidade para comprar óleo, açúcar. Agora o governo ajudou porque tudo compramos aqui, peixe fresco, feijão, pilhas, etc*” (José António. Maratane, 20 de Fevereiro de 2015).

Portanto, antes da presença de refugiados, a região enfrentava vários problemas destacando-se a falta de infra-estruturas escolares, pessoal técnico de saúde, locais para a obtenção de produtos da primeira necessidade. Os entrevistados descrevem as dificuldades a que estavam sujeitos na aquisição de vários serviços e bens. Em suma, antes da presença dos refugiados a região de Maratane era uma pequena povoação com problemas de acesso aos serviços básicos essenciais como ilustraram os nossos entrevistados.

### 3 O DESENVOLVIMENTO DO RELACIONAMENTO ENTRE OS REFUGIADOS E A COMUNIDADE LOCAL (2003 E 2015)

#### 3.1. A chegada de refugiados e o relacionamento com a comunidade local-2003

Formalmente o Centro de Apoio a Velhice foi entregue ao Núcleo de Apoio aos Refugiados em 2000 com objectivo de acomodar esta população. Seguidamente, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com apoio de diversas instituições, encarregou-se pela reabilitação das infra-estruturas existentes bem como a instalação de serviços em falta ao exemplo de fontenários, posto policial, mercado, etc. Portanto, a reabilitação de infra-estrutura como consequência da presença de refugiados não se verificou somente em Maratane, pois constitui uma prática em outros países acolhedores de refugiados. Por exemplo, em 1990 Guine recebeu refugiados da Libéria, Costa de Marfim e Serra Leoa, que tiveram a permissão de se estabelecerem em aldeias locais. Com a presença destes refugiados a comunidade internacional reabilitou as infra-estruturas locais beneficiando não só os refugiados mas também a comunidade local (FIELDEN, 2008:8).

Como refere Jacobsen (2001), depois da fuga os requerentes de asilo e refugiados devem encontrar alojamento e tornarem-se efectivos, seja por via de ajuda institucional ou através do apoio da comunidade local. A ajuda aos requerentes de asilo e refugiados quer a nível institucional como local foi observada nos primeiros anos. O ACNUR como instituição responsável pela assistência desta população, recorreu ao auxílio de instituições várias, nacionais e internacionais ao exemplo de World Relief, WFP, Direcção Provincial da Educação, Direcção Provincial da Agricultura, Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, que providenciaram apoio ao nível da habitação, alimentação, educação, crédito, formação profissional, como ilustra a entrevista abaixo:

...Quando cheguei no centro de Maratane em 2003, o ACNUR deu-me comida, casa, manta e enquadramento escolar aos meus filhos. Para além disso, recebi um crédito de 6 mil meticais do Fundo de Crédito Comunitário (FCC) para desenvolver o comércio, já que eu era comerciante na minha terra. Com o dinheiro abri esta barraca onde vendo bolinhos, refrescos, esta roupa usada e mais lá para o fundo tenho uma machamba de tomate.." (Anónimo. Maratane, Fevereiro de 2015).

Nos primeiros anos o refugiado tinha o básico para a sua sobrevivência, desde habitação, alimentação, vestuário, crédito, educação, saúde e terra para a prática da agricultura. Portanto, exceptuando os apoios alimentar e financeiro, os outros benefícios acima mencionados eram partilhados entre os refugiados e a comunidade local. Podemos verificar que desde o início sempre existiu a preocupação e vontade de incluir a comunidade local nos projectos e planos direccionados aos refugiados. Esta constitui uma das práticas usadas para promover a aproximação entre os refugiados e a comunidade local e reduzir eventuais focos de conflito que possam emergir como constata Jacobsen (2002) e Sebba (2006).

Como consequência da partilha de vários bens e serviços, a comunidade local tornou-se mais próxima dos refugiados e passaram a desenvolver essencialmente relações de troca entre si. Neste processo, os locais ofereciam aos refugiados produtos como a mandioca, amendoim, verduras e prestavam pequenos trabalhos como a sacha, carregamento de produtos. Em troca os locais recebiam dos refugiados produtos alimentares distribuídos mensalmente pelas instituições humanitárias, especificamente o óleo, açúcar, a farinha de milho, etc. Pode-se perceber a articulação dessas relações nos trechos das entrevistas que se seguem "*...estou aqui para ajudar*

*os congoleses no transporte dos seus produtos desta casa de distribuição às suas casas, em troca eles nos dão um pouco de feijão, sabão, ou então dinheiro...".* Ainda em relação ao assunto, o senhor Rawa disse “... vim ajudar estas pessoas a transportar sacos de farinha, em cada saco de 25kg recebo 1kg de farinha.” (CONSOLO, 2004).

Dos trechos acima, constata-se que nos primeiros anos os locais prestavam alguns trabalhos aos refugiados e em troca recebiam alguma recompensa que podia ser tanto em dinheiro como em produtos alimentares. Neste período, o relacionamento entre os refugiados e os locais era de tolerância não apenas porque a comunidade local tinha a possibilidade de efectuar pequenos trabalhos e em troca obter algum produto ou valor, algo comum em outros locais de acolhimento de refugiados ao exemplo de Kakuma no Quênia<sup>4</sup>, mas sobretudo porque acomodá-los deu-os a possibilidade de aceder a vários benefícios como referem os senhores Francisco Andrade e Chicova nos trechos seguintes: “...neste mercado nunca se vendeu roupa de qualidade, sapatos, cadernos, esferográficas, etc. Agora tudo mudou, existe um grande número de pessoas que fazem as suas compras neste mercado..” (Francisco Andrade. Maratane, 15 de Fevereiro de 2002). Na mesma perspectiva Chicova disse:

...a situação antes da presença de refugiados não era boa, pois as crianças estudavam de baixo das árvores por falta de salas de aulas. A situação do hospital melhorou bastante porque antes os enfermeiros vinham e voltavam. Mas hoje alguns dormem em Maratane. Por vezes acabava uma semana sem termos enfermeiro para nos atender. Temos 7 moageiras que nos ajudam também ( Albano Chicova. Maratane, 18 de Fevereiro de 2015).

Portanto, a recepção de refugiados provocou mudanças bastante positivas, pois de uma situação de falta de infra-estruturas escolares, deficiente atendimento hospitalar, ausência de locais próximos para a compra de produtos de primeira necessidade, o cenário muda para o melhor pois surge a possibilidade de adquirir bens e serviços essenciais localmente.

Como constatamos nas páginas anteriores, exceção os apoios alimentar e financeiro, os outros benefícios eram partilhados entre os refugiados e a comunidade local. Nesta altura, ninguém detinha bens de grande expressão como transporte de passageiros, moageiras, casas melhoradas, tanto no seio dos refugiados como da comunidade local.

Em suma, o acesso a várias infra-estruturas e benefícios direccionados aos refugiados por parte da comunidade local e a semelhança observada ao nível do status sócio-económico, constituem principais factores de prevalência de clima de tolerância no relacionamento que era observada nos primeiros anos em Maratane.

### 3.2. A mudança do status sócio-económico dos refugiados e o início de focos de tensão no relacionamento com a comunidade local - 2015

Este período que inicia um pouco antes<sup>5</sup> é marcado por dificuldades por parte das instituições humanitárias pois, diferentemente da fase anterior, elas não são capazes de oferecer o apoio anteriormente concedido. Esta problemática reflecte-se no dia-a-dia do refugiado, pois de forma forçada é obrigado a definir estratégias de modo a suprir as necessidades básicas nas diferentes áreas de apoio, desde a habitação, alimentação, crédito, formação profissional etc.

Portanto, no que concerne ao apoio habitacional, ao invés de uma casa lhes é atribuída uma parcela de terra onde por meios próprios passam a erguer as suas moradias. Os problemas se estendem igualmente ao nível da alimentação, para a qual recebia um apoio mensal. Agora o apoio é trimestral. Verificam-se igualmente reduções nas quantidades de ração anteriormente concedidas e alguns produtos são retirados da lista, como exemplificamos na tabela abaixo:

**Tabela 1** - Comparação da ração alimentar concedida em 2003 e 2015

Tipo de alimento	Quantidade de alimento distribuída por mês entre 2003 e 2015	
	2003	2015
Farinha de milho	12,5kg	7kg
Feijão manteiga	2.480kg	0.9kg
Óleo	1 litro	0.62 l
Açúcar	1.240kg	-
Sal	1 copo	-
Folhas de chá	1 copo	-
Pensos	2 pacotes	2 pacotes
Petróleo	1.51 l	-

Fonte: dados retirados dos relatórios de actividades do INAR.

Portanto, num intervalo de aproximadamente 10 anos as quantidades oferecidas passaram a metade e alguns produtos anteriormente oferecidos nomeadamente, açúcar, sal, folhas de chá, petróleo foram eliminados, como podemos observar na tabela acima. Esta problemática das reduções e cortes na ração mensal dos refugiados não é somente de Moçambique mas de outros países acolhedores de refugiados em África como é o caso de Uganda, Quênia, Chade, etc. Em Janeiro de 2015 o Programa Mundial de Alimentação (PMA) decretou a redução nas rações para perto de 150 mil refugiados que viviam em campos de Uganda como resultado de insuficiência financeira (WPF, 27 de Janeiro de 2015).

Para além da questão de reduções e cortes, grandes incertezas no que concerne a próxima distribuição faz parte do dia-a-dia do refugiado como refere a entrevistada abaixo:

...recebemos em Novembro e só agora Fevereiro é que voltamos a receber.. não sabemos quando vamos receber de novo... passamos fome porque a comida não é suficiente, tenho um agregado de 7 pessoas e recebo 35 kg de milho que não é suficiente, porque a distribuição da alimentação não é mensal. Actualmente recebemos milho, feijão cute ou ervilha e óleo. Já não recebemos sabão, sal e nem roupa (Anónimo. Maratane, 18 de Fevereiro de 2015).

Os problemas não se restringem apenas ao nível de alimentação, as ajudas a nível financeiro que visavam o desenvolvimento de diversas actividades comerciais desapareceram por completo, pois alguns refugiados não honravam com os seus compromissos como referiu a nossa entrevistada:

...a situação do centro agora já não é boa como nos anos passados, isto porque cortaram-nos o crédito porque alguns refugiados recebiam o dinheiro e não devolviam. Praticamente o que eu agora consumo uma grande parte é das doações e a outra do rendimento que provém desta minha banquinha.." (Anónimo. Maratane, Fevereiro de 2015).

Por outro lado, concluída a formação profissional nas áreas de informática, carpintaria, serralharia, corte e costura, muitas vezes o enquadramento é deficitário como referiu Poposon *"..No INEFP, fazem-se, sim, formações. Mas ficamos com os diplomas sem poder trabalhar...a minha proposta seria dar mecânica e condução como formação para os*



*refugiados... as formações têm sido de informática, serralharia, cozinha, carpintaria mas nenhum dos formados conseguiu emprego..” ( Popson Camba. Maratane, 18 de Fevereiro de 2015).*

Perante este novo cenário de dificuldades no que concerne ao acesso a diferentes apoios, os refugiados reagem definindo estratégias de modo a suprirem aquilo que são as necessidades básicas que os torna diferenciados da situação da sua chegada, na qual eram essencialmente receptores de apoio. Uma das alternativas abraçadas pelos refugiados que os permite melhorar bastante a sua situação sócio-económica face as dificuldades encaradas tem sido a prática da agricultura. Com o desenvolvimento desta actividade, alguns conseguem prosperar e alcançar o status de “empresários” como é designado o refugiado de nacionalidade burundesa, Gaspar, que chegou a Maratane em 2003, e que nos contou a sua trajectória de mudança:

...Cheguei em Maratane em 2003 e nunca recebi apoio do Fundo de Crédito Comunitário (FCC). Entretanto, em 2003 consegui terra e comecei a cultivar tomate, feijão manteiga, e beringela. Trimestralmente, produzia entre 30 a 40 sacos de tomate. Depois de dois anos comprei a minha primeira moageira a 28 mil meticais. Em 2006 comprei a segunda moageira. Em 2007 vendi as duas moageiras e comprei o primeiro carro da segunda mão com um refugiado. Em 2010 comprei o segundo carro numa das garagens no Maputo e, finalmente, em 2013 comprei o terceiro carro...hoje tenho uma casa tipo 4, coberta de zinco e energia e seis funcionários moçambicanos que trabalham para mim. (Gaspar. Maratane, 24 de Fevereiro de 2015).

O trecho da entrevista acima ilustra que o senhor Gaspar chegou a Maratane desprovido como os outros. No entanto, a possibilidade que o governo o concedeu para que desenvolvesse a agricultura possibilitou-o obter algum rendimento que o permitiu adquirir bens como moageiras, transporte e uma casa melhorada. Esta situação actual do refugiado Gaspar contrasta com o padrão dominante da comunidade local que é de famílias sem rádio, electricidade, dispondo de 3 bicicletas em cada 10 famílias, vivendo em palhotas cobertas de capim (Administração Estatal, 2005:23).

Portanto, estamos diante de duas situações, por um lado os refugiados detendo casas melhoradas, moageiras, congeladores, transporte de passageiros e por outro a comunidade local desprovida de bens que os refugiados detêm. A comunidade local descontente com este desnível sócio-económico, manifesta-se proferindo palavras de ameaça aos refugiados

como testemunham as entrevistas a seguir “...você chegou aqui sem nada, comprou televisão, congelador. Está a comer; você, aqui não é tua terra, um dia vai chorar. Não vai voltar com tudo isso para tua terra..” (Bukumba. Maratane, 23 de Fevereiro de 2015). As ameaças não se limitam apenas a choros e retirada de bens, evoluem para discursos de extremos como de morte segundo observou Tantine “... quando vier guerra vamos vos matar...” (Tantine Azize, 22 de Fevereiro de 2015).

Em todos os depoimentos, tanto no Centro como fora deste local, os pronunciamentos da comunidade local é similar, mostrar aos refugiados que não é justa a sua posse de bens por várias razões: primeiro, porque testemunharam a sua chegada desprovidos, num estágio talvez igual ou abaixo da comunidade local; Segundo, espantados e surpreendidos não percebem como é que os refugiados prosperaram conseguindo comprar os bens em sua posse deixando a comunidade local num estágio abaixo deles, etc.

A surpresa por parte da comunidade local em relação a mudança do estilo de vida observada em Maratane, constatou-se no estudo efectuado por Agblorti (2010) no campo de Budunburam, em Uganda, em que os locais (autóctones) veem-se surpreendidos com o bem-estar dos refugiados e, não encontrando uma explicação para tal situação, associam este bem-estar a rendimentos provenientes de actividades ilegais, como referiu um dos entrevistados: “..somos muitas vezes surpreendidos sobre onde os refugiados obtêm dinheiro para apoiar seu estilo de vida caro, só pode ser sustentado através de actividades ilegais..” (AGBLORTI, 2010:15).

Podemos concluir que, de uma forma geral, a comunidade local considera injusta a posse de bens pelos refugiados por serem estrangeiros. Por isso, são frequentes, em quase todos os discursos, afirmações do tipo: “ esta não é vossa a terra, sentem-se donos”, “saiam daqui”. Portanto, Maratane não é único local em que os locais acham injusta a posse de bens por parte dos refugiados como concluiu Sebba (2006), no assentamento de Nakivale. Pelo facto dos refugiados não serem ugandeses, os locais achavam que eles não deviam ter direitos sobre a terra (SEBBA, 2006:4).

Portanto, considerando que a terra não pertence aos refugiados, a comunidade local procura repor a justiça, que consideram que não esteja a ser observada, com discursos intimidatórios de retirada de bens, choros e morte. Para além das promessas de retirada de bens, choros e morte, a comunidade local vai mais além, pedindo aos refugiados a retribuição do apoio concedido nos primeiros anos “..nós ajudamos a eles quando chegaram, e agora nos ultrapassaram, agora é a vez deles...têm carros, sentem-se donos..” (Entrevista com um grupo de moçambicanos em frente ao Centro trânsito de Maratane, 23 de Fevereiro de 2015). E perante as

instituições de apoio exigem um tratamento similar ao dos refugiados, como observa Chicova: *“Gostaríamos de receber aquilo que os refugiados recebem porque somos pobres..”* (Chicova. Maratane, Fevereiro de 2015).

Os trechos das entrevistas acima mostram que a comunidade local faz reivindicações a dois níveis, primeiro aos refugiados sob pretexto de os terem ajudado nos primeiros anos; segundo, às instituições de apoio, almejando um tratamento semelhante ao dos refugiados por se considerarem pobres. Por seu turno, no seio dos refugiados identificam se outros factores na origem de focos de tensão, destacando-se o enriquecimento usando meios que não os pertence, como verificou Baluge: *“... há problemas entre a população local e os refugiados, porque os locais dizem que os refugiados estão a enriquecer graças as suas terras... em algumas situações dizem-nos esta não é vossa terra, saiam daqui...”* (Baluge Matabaro. Maratane, 23 de Fevereiro de 2015). No que concerne ao mesmo aspecto, Wasasa acrescenta dizendo *“...os nacionais não querem que os refugiados recebam..., não gostam por causa da fome. Para meu lado não interessa porque não sabem dos direitos dos refugiados..”* (Wasasa Caluta, Maratane, 20 de Fevereiro de 2015).

Podemos concluir que no seio da comunidade local três situações essenciais estimulam focos de tensão, especificamente o bem-estar dos refugiados em relação aos locais, a não observância de um tratamento similar a dos refugiados e a ausência de alguma retribuição ao apoio concedido aos refugiados nos primeiros anos. No entanto, na visão dos refugiados os focos de tensão emergem essencialmente pelo uso de meios que não os pertencem, a fome e o desconhecimento daquilo que são os direitos dos refugiados por parte da comunidade local.

Portanto, a partilha de infra-estrutura e inclusão da população local em vários projectos direccionados aos refugiados como estratégia de minimização de focos de tensão entre refugiados e a comunidade local avançada por Jacobsen (2002) no caso específico de Maratane não funcionou de forma efectiva, ou então funcionou por um período limitado. Pois a partir do momento em que as diferenças se evidenciaram, detendo os refugiados bens como congeladores, transporte de passageiros, mercearias, iniciaram-se protestos por parte da população local visando equiparar-se aos refugiados em termos de direitos.

No entanto, no caso específico de Maratane, o descontentamento para com os refugiados manifesta-se ainda a nível verbal, não se verificando situações de agressões físicas, muito menos de retirada dos seus bens. Mas cabe o registro de que , em outros países, na África Austral, que também acolhem refugiados, a exemplo da África do sul, o descontentamento é expresso a nível verbal e avança-se igualmente para agressões físicas, como retratam Marie<sup>6</sup> e Baruti:

Nós vivemos aqui na África do sul só com a graça de Deus, porque nós sabemos que estas pessoas não gostam de nós. Estão sempre a dizer: Ei makwerekwere<sup>7</sup>, se formos ao mercado e não falarmos a língua, é um problema. Eles falam na sua língua e se não entendemos, eles dizem: Hamba Makwerekwere (Marie: refugiada congoleza Durban, 2008:3).

O depoimento de Baruti Amisi mostra uma situação diferente de Marie: *“...estou na África do sul desde 1997. Já testemunhei muitos casos de xenofobia, vi pessoas serem esfaqueadas só por não falarem línguas locais e vi pessoas serem mortas por isso (Baruti Amisi:4)<sup>8</sup>.*

Podemos perceber dos excertos acima que só o simples facto de não se comunicarem em língua local serve de pretexto para agressão verbal e física aos refugiados. Em Nampula, os refugiados ainda não se queixam de problemas de saques, esfaqueamentos ou então mortes, no entanto os discursos ilustram tendências para situações similares, pois são frequentes no relacionamento ameaças de retirada de bens, choros, morte. Estes pronunciamentos necessitam de uma atenção diferenciada daquilo que tem sido o posicionamento frequente das instituições que trabalham em prol dos refugiados, que normalmente referem que *“o relacionamento entre os refugiados e a comunidade local é saudável”*.

As justificações deste posicionamento variam dentro do universo dos que lidam com a população de refugiados. Para o senhor Adelino Hilário, director da Escola primária de Maratane, o relacionamento entre os refugiados e a comunidade local é saudável porque: *“..nunca tive que resolver problemas de divergências. Os alunos na sala de aula nunca reportaram problema. Temos alunos moçambicanos que já se comunicam em swahili”* (Adelino Hilário. Maratane, 20 de fevereiro de 2015). Por seu turno, para o delegado do Instituto de Apoio aos Refugiados, o relacionamento entre os refugiados e a comunidade local é bom: *“...porque não existe nenhuma diferença entre os refugiados e a comunidade local”* (Wachave. Nampula, 26 de fevereiro de 2015).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento do relacionamento entre os refugiados e a comunidade local dois momentos se distinguem, o primeiro de convivência saudável e tolerância motivada pela partilha de infra-estruturas, serviços básicos e pela observância de alguma igualdade no status sócio-económico.

O segundo momento é marcado por um relacionamento tenso, pois as diferenças do status sócio-económico se evidenciam, por um lado refugiados detendo vários bens como transporte de passageiros, moageiras, mercearias, etc, e por outro a comunidade local desprovida dos bens acima referenciados.

Perante este cenário, a comunidade local sente-se injustiçada e reivindica por direitos iguais. No entanto, não tendo o retorno satisfatório, exteriorizam o seu descontentamento usando discursos ameaçando a retirada de bens, prometendo choros e morte, deixando os refugiados inseguros em relação ao seu futuro. Estes discursos frequentes no seio da convivência entre a comunidade local e refugiados que evidenciam situações de mal estar no relacionamento anteriormente saudável poderão degenerar em manifestações diversas caso não sejam tomadas em atenção.

## NOTAS

<sup>1</sup> Maratane é o maior campo de refugiados da África Austral. Este campo de refugiados está localizado em um povoado, Namachilo, no distrito de Nampula, na região Norte de Moçambique.

<sup>2</sup> Sobre o assunto veja também Jacobsen, 2001.

<sup>3</sup> Perto de sete idosos

<sup>4</sup> Os locais eram empregues pelos refugiados em actividades como carretar água, cuidar das crianças a semelhança de Maratane. (Jacobsen, 2002:585).

<sup>5</sup> Segundo alguns entrevistados, a problemática das reduções e cortes na ração mensal bem como a ausência de diferentes apoios inicia entre os anos 2005 a 2006.

<sup>6</sup> Refugiada da República democrática de Congo residente na África do Sul.

<sup>7</sup> Narrador refere que Makwerekwere é um termo pejorativo usado pelos sul-africanos para intimidar e insultar estrangeiros, especificamente imigrantes africanos. Desde 2008, o termo 'é associado a violência devido à onda de ataques xenófobos que houve naquele ano nas Townships-“bairros de lata”.

<sup>8</sup> Para mais detalhes veja o relatório da Human Rights Watch, 2014.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Mário Joaquim. **Tragedy and Triumph**. Mozambique Refugees in Southern Africa, 1977-2001. Heinemann Portsmouth, NH: British Library Cataloguing publication data is available, 2002. Disponível em: <www.unhcr.org>.

- AGBLORTI, Samuel.Kofi Miledzi. **Refugee integration in Ghana: The host community's perspective**. Ghana: University of Cape Coast, 2001. Disponível em: <[www.refworld.org/docid/4d88749d2](http://www.refworld.org/docid/4d88749d2)>. Acessado a 22 de outubro de 2015.
- ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. **Perfil de desenvolvimento do distrito de Nmapula**. Maputo: Administração Estatal, 2005.
- FIELDEN, Alexandra. Local Integration: an under-reported solution to protracted refugee situations. **New issues research, research paper nr 158**. Geneva: UNHCR, 2008. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/486cc99f2.pdf>>. Acessado em 24 de Julho de 2013.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial/2014**. 2014. Disponível em: <<https://www.hrw.org/sites/default/file/reports/wr2014pt-web-pdf>>.
- JACOBSEN, Karen. The forgotten solution: Local integration for refugees in developing countries. **New issue research, Working paper nr45**. Geneva: UNHCR, 2001. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3b7d24059.pdf>>. Acessado em 24 de julho de 2014.
- JACOBSEN, Karen. Can refugees benefit the State? Refugee resources an African statebuilding. In: **Journal of Modern Studies**, 404, 2002, pp.577-596.
- JOÃO, Angelica. **A construção social do outro: perspectivas cruzadas sobre estrangeiros em Moçambique**. Carlos Serra (Dir). Maputo: Imprensa Universitária, 2010.
- MARCH, Leonine. **Learning By Ear- aprender de Ouvido “Todos nós somos diferentes - respeito pelas minorias**. Doc. Sexto episódio “Xenofobia na África do Sul”, 2020.
- SEBBA, Kalyango Ronald. **Land conflicts and their impact on Refugee Women's Livelihood in Southwestern Uganda**. Research paper 127. Uganda: Makerere University Department of Women and Gender studies, 2006. Disponível em: <[www.unhcr.org](http://www.unhcr.org)>. Acessado em 7 de Agosto de 2015.

## RESUMO

Com base na revisão bibliográfica e nos trabalhos de campo realizados em Maratane nos anos de 2003 e 2015, este artigo analisa o desenvolvimento do relacionamento entre os refugiados e a comunidade local, com enfoque nos principais factores que concorrem para a transformação da “tolerância que caracterizava esse relacionamento em “focos de tensão” e possíveis implicações. Argumenta-se que a chegada dos refugiados representou, inicialmente, para os locais diversas vantagens, pois passaram a beneficiar-se de várias infra-estruturas criadas no centro, por exemplo de fontenários, escolas, centro de saúde e mercado de produtos da primeira necessidade. Para além dos benefícios a nível de infra-estruturas, a presença desta população deu-os igualmente a possibilidade de obter formações profissionais em diferentes áreas e adquirir pequenos trabalhos remuneráveis localmente. Os ganhos nas áreas acima indicadas criaram relações de aproximação entre os refugiados e a comunidade local assim, gerando um relacionamento saudável nos primeiros anos. Porém, a disponibilidade que o governo oferece para que possam desenvolver algumas actividades como a agricultura, pecuária, comércio bem como a proatividade dos refugiados na busca de suplementos para a sobrevivência, permitiu que estes passassem de simples receptores de apoios à detentores de diversos bens e serviços, como transporte de passageiros, mercearias, moageiras, etc. Portanto, esta mudança do status sócio-económico dos refugiados em relação às comunidades locais está gerando focos de tensão nas relações entre a população hospedeira e os refugiados. Conclui-se que estas mudanças no relacionamento geram estigma – em relação aos refugiados – que, caso não haja intervenção para alterar este clima, poderão degenerar em ondas de violência.

**Palavras chave:** Refugiados; Relacionamento; Comunidade local

## ABSTRACT

Based on a literature review and fieldwork carried out in Maratane between 2003 and 2015, this article analyses the development of the relationship between refugees and the local community, focusing on the main factors that contributed to the transformation of the “tolerance that characterised this relationship into “focus of tension” and possible implications. It is argued that the arrival of refugees initially represented many advantages for the locals, as they began to benefit from various infrastructures created in the centre, such as fountains, schools, a health centre and a market for basic necessities. In addition to the benefits in terms of infrastructure, the presence of this population also gave them the opportunity to obtain professional training in different areas and to acquire small locally remunerated jobs. The gains in the areas indicated above created closer relations between refugees and the local community, thus generating a healthy relationship in the early years. However, the government’s willingness to allow them to develop certain activities such as agriculture, livestock farming, and trade, as well as the refugees’ proactivity in seeking supplements for survival, has allowed them to go from being simple recipients of support to owners of various goods and services, such as passenger transport, grocers, mills, etc. Therefore, this change in the socio-economic status of refugees in relation to local communities is generating tensions in the relations between the host population and refugees. It is concluded that these changes in the relationship generate stigma – in relation to refugees – which, if there is no intervention to change this climate, could degenerate into waves of violence.

**Keywords:** Refugees; Relationship; Local community

